

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### PALAVRA DA DIRETORIA Senhoras e Senhores Acionistas

No ano de 2012 houve forte desaceleração na economia mundial, com reflexos na atividade econômica do Brasil. Não obstante a conjuntura enfrentada, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) registrou o maior lucro contábil de sua história: R\$ 199,3 milhões, apesar de continuar sem reajuste tarifário desde o ano de 2005, o que, de certa forma, inibe iniciativas no sentido de promover, com maior rapidez, a adequação de infraestrutura que permita uma maior redução de custos para o sistema portuário.

O resultado alcançado, apesar de contar com valores não recorrentes referentes à contabilização de créditos fiscais, dependentes de resultados positivos passados e projeções de lucros tributáveis futuros é fruto de uma gestão profissional comprometida com os objetivos da empresa, que vem apresentando, há seis anos consecutivos, resultados financeiros positivos, sob a coordenação da Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), distribuindo dividendos aos acionistas e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos empregados.

O aumento de 7,6% na movimentação de cargas, que totalizou 104,5 milhões toneladas, produziu impacto na receita da empresa, resultando em um crescimento da ordem de 12,12% no resultado das demonstrações financeiras, que representa um diferencial de 4,52 pontos percentuais acima do registrado nas operações de mercadorias. Esse diferencial é produzido pela variação de 7,81% do IGPM médio, que reajustou os contratos de arrendamento anualmente, e redução dos encargos financeiros incidentes sobre os parcelamentos tributários.

Para 2013, estimamos que ocorrendo um cenário melhor na economia mundial e nacional, o Porto de Santos possa apresentar resultados ainda mais expressivos. Segundo pesquisa realizada pela Câmara Americana de Comércio (AMCHAM), a maioria dos participantes das 214 empresas ouvidas prevê uma inflação estável e um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 4% para o próximo ano.

Estes cenários projetados para o próximo ano, provavelmente, estão amparados nas medidas que o governo brasileiro continua buscando para manter a taxa básica de juros (SELIC) em 7,25%, uma taxa de inflação em torno de 5% (controlada) e uma recuperação da atividade no cenário nacional.

Cabe destacar a instituição da Medida Provisória nº 595, que traz mudanças no marco regulatório do setor portuário, tanto para a administração portuária como para os arrendatários do setor privado. Em razão das inúmeras propostas de emendas parlamentares apresentadas, não é possível avaliar, no momento, quais os reflexos de sua implementação.

A CODESP, entretanto, conquistou a liderança no setor portuário e continua confiante em seu potencial, corroborada pelos resultados alcançados nos últimos anos na movimentação de cargas, fruto da capacidade desta Diretoria e de seu quadro funcional em buscar resultados, inovações, crescimento, sustentabilidade e melhorias sociais.

No âmbito social, a CODESP patrocinou dez projetos culturais e sociais, destacando-se a criação da Orquestra do Porto de Santos, iniciativa que proporcionou a diversos profissionais da região a oportunidade de mostrar sua arte, por meio de um calendário rico em apresentações, provocando manifestações de apoio de cidadãos, inclusive, através da imprensa; a realização do XVI Festival de Cenas Teatrais, que promoveu diversos espetáculos por toda a cidade, aproximando o teatro de seu público; e a viabilização do Museu Pelé, grande reforma arquitetônica que passará a abrigar um museu em homenagem a um dos ícones mais importantes do esporte regional e nacional.

Algumas medidas foram fundamentais para o sucesso desta gestão, como o fortalecimento da infraestrutura de acesso, com o início das obras da Avenida Perimetral Portuária em Guarujá (margem esquerda); o aprofundamento do canal de navegação para -15 metros e seu alargamento para 220 metros, que incluiu o derrocamento das pedras de Tefé e Itapema e a retirada dos restos do navio Ais Giorgis, naufragado em 1974; e o equilíbrio financeiro da empresa.

Destacam-se os investimentos aplicados no monitoramento ambiental, em estudos e gerenciamentos relativos aos serviços de dragagem de aprofundamento de canal, dragagem de manutenção para acessos e berços de atracação, e manutenção do canal após o aprofundamento. Certamente, esses são os que demandam maior empenho e recursos para a obtenção das licenças ambientais e para garantir a continuidade das obras.

Somente as obras de aprofundamento demandaram 25 programas ambientais e as de manutenção, após o aprofundamento, outros 14 programas de monitoramento. Esses programas certificam que o empreendimento não provoca danos ao ambiente e a comunidade envolvida.

Todas estas ações são coerentes com os Valores da CODESP, que destacam a inovação, a agilidade, a competitividade e a ética. Temos a determinação de manter e, se possível, elevar, no próximo ano, o patamar das margens obtidas neste período, consolidando a tendência estabelecida há seis anos.

Por fim, reconhecemos que neste trabalho não nos faltou o apoio decisivo e a confiança de nossos parceiros privados, acionistas, órgãos colegiados, Secretaria de Portos, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e, especialmente, nossos colaboradores, dedicados e comprometidos com nossa Visão de negócios e Valores. Agradecemos a todos e compartilhamos o sucesso obtido.

Obs.: A íntegra do Relatório da Administração, encontra-se disponível na home Page da CODESP no endereço: <http://www.portodesantos.com.br/relatorio>.

### BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>		<b>494.509</b>	<b>443.927</b>	<b>Circulante</b>		<b>345.030</b>	<b>319.282</b>
Caixa e bancos .....		9.741	7.666	Salários, provisão e encargos sociais .....	16	43.940	35.674
Aplicações financeiras .....	5	236.903	229.200	Fornecedores e prestadores de serviços .....		15.585	25.001
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura ..	6	197.763	158.269	Impostos e contribuições a recolher .....	17	19.423	14.349
Contas a receber de clientes, líquidas .....	7	38.010	34.878	Empréstimos e financiamentos .....	18	2.402	2.484
Estoques .....		472	542	Plano de pensão .....	20	125.416	116.529
Créditos tributários .....	8	9.311	9.162	Juros sobre capital próprio a pagar .....	22.3	47.380	15.500
Despesas antecipadas .....	9	1.654	1.380	Adicional de tarifa portuária .....		59.576	59.417
Outros créditos .....		655	2.830	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis .....	19	-	40.269
				Outras obrigações .....		31.308	10.059
<b>Não Circulante</b>		<b>1.953.865</b>	<b>1.575.395</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>823.397</b>	<b>730.762</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>903.558</b>	<b>607.127</b>	<b>Empréstimos e financiamentos</b> .....	18	6.952	9.500
Contas a receber de clientes líquidas .....	7	594.887	533.246	Plano de pensão .....	20	45.725	50.759
Valores a receber da União .....	10	12.561	23.007	Provisão para riscos trabalhistas e cíveis .....	19	299.372	170.924
Depósitos judiciais .....	12	71.333	48.718	Receitas diferidas .....	21	461.968	486.274
Bens destinados à alienação .....	11	4.662	2.156	Outras obrigações .....		9.380	13.305
Imposto de renda e contribuição social diferidos ..	30.1	220.115	-				
				<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>1.279.947</b>	<b>969.278</b>
<b>Investimentos</b> .....		<b>5</b>	<b>5</b>	Capital social .....	22.1	922.608	783.995
<b>Imobilizado</b> .....	13	<b>1.047.658</b>	<b>965.276</b>	Reservas de lucros .....	22.2	198.545	90.142
<b>Intangível</b> .....	14	<b>2.644</b>	<b>2.987</b>	Reserva para aumento de capital .....	22.4	158.794	95.141
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>2.448.374</b>	<b>2.019.322</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO...</b>		<b>2.448.374</b>	<b>2.019.322</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de reais, exceto o lucro por lote de ações)

	Nota	2012	2011
Receita líquida de vendas e/ou serviços .....	23	671.453	626.199
Custos dos produtos e/ou serviços vendidos .....	24	(308.272)	(294.614)
<b>Lucro bruto</b> .....		<b>363.181</b>	<b>331.585</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(345.388)</b>	<b>(279.841)</b>
Despesas administrativas e gerais .....	25	(137.224)	(139.303)
Outras receitas operacionais .....	27	8.234	112.852
Outras despesas operacionais .....	28	(216.398)	(253.390)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro ..</b>		<b>17.793</b>	<b>51.744</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>12.049</b>	<b>58.256</b>
Receitas financeiras .....	26	31.707	84.657
Despesas financeiras .....	26	(19.658)	(26.401)
<b>Lucro operacional</b> .....		<b>29.842</b>	<b>110.000</b>
Imposto de renda e Contribuição Social .....		<b>181.323</b>	<b>(40.916)</b>
Correntes .....	30.2	(38.792)	(40.916)
Diferidos .....	30.1	220.115	-
Lucro antes da participação dos empregados .....		211.165	69.084
Participação no resultado - empregados .....	29	(11.845)	(3.875)
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....		<b>199.320</b>	<b>65.209</b>
<b>LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>		<b>0,90</b>	<b>0,33</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
<b>SALDOS EM 31/12/2010</b>	<b>648.395</b>	<b>85.924</b>	<b>6.880</b>	<b>83.229</b>	<b>(572)</b>	<b>-</b>	<b>823.856</b>
Aumento de capital por capitalização de créditos da União .....	85.897	(85.897)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários .....	27	-	-	-	-	-	27
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital .....	-	10.956	-	-	-	-	10.956
Créditos da União para aumento de capital .....	-	84.158	-	-	-	-	84.158
Aumento de capital por reversão de retenção de lucros .....	49.676	-	-	(49.676)	-	-	-
Bens destinados à alienação .....	-	-	-	-	572	-	572
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	-	65.209	65.209
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal .....	-	-	3.260	-	-	(3.260)	-
Reserva de retenção de lucros .....	-	-	-	46.449	-	(46.449)	-
Juros sobre capital próprio .....	-	-	-	-	-	(15.500)	(15.500)
<b>SALDOS EM 31/12/2011</b>	<b>783.995</b>	<b>95.141</b>	<b>10.140</b>	<b>80.002</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>969.278</b>
Aumento de capital por capitalização de créditos da União .....	95.112	(95.112)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários .....	30	-	-	-	-	-	30
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital .....	-	11.275	-	-	-	-	11.275
Créditos da União para aumento de capital .....	-	147.490	-	-	-	-	147.490
Aumento de capital por reversão de retenção de lucros .....	43.471	-	-	(43.471)	-	-	-
Lucro líquido do exercício .....	-	-	-	-	-	199.320	199.320
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal .....	-	-	9.967	-	-	(9.967)	-
Reserva de retenção de lucros .....	-	-	-	141.907	-	(141.973)	(66)
Juros sobre capital próprio .....	-	-	-	-	-	(47.380)	(47.380)
<b>SALDOS EM 31/12/2012</b>	<b>922.608</b>	<b>158.794</b>	<b>20.107</b>	<b>178.438</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.279.947</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de reais)

	2012	2011
<b>Fluxos de caixa originados de atividades operacionais</b>		
Valores recebidos de clientes .....	606.850	574.819
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços .....	(197.475)	(166.991)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios .....	(164.614)	(213.201)
Valores pagos de encargos sociais .....	(45.344)	(43.934)
Valores pagos de contingências .....	(51.590)	(66.798)
Valores pagos de impostos e contribuições parcelados .....	(32.268)	(97.734)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL .....	(66.013)	(63.083)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social .....	(33.464)	(40.660)
Valores pagos de juros .....	(1.917)	(1.174)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos .....	12.281	21.370
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais .....</b>	<b>26.446</b>	<b>(97.386)</b>
<b>Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado .....	(112.179)	(36.106)
Aquisição de intangível .....	(255)	(150)
Alienação de imobilizado .....	964	754
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos .....</b>	<b>(111.470)</b>	<b>(35.502)</b>
<b>Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos</b>		
Empréstimos e financiamentos tomados .....	-	-
Pagamentos de empréstimos financiamentos .....	(2.367)	(2.203)
Recursos de acionistas .....	112.669	84.186
Juros sobre capital próprio pagos .....	(15.500)	(10.966)
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos .....</b>	<b>94.802</b>	<b>71.017</b>
<b>Aumento (redução) nas disponibilidades .....</b>	<b>9.778</b>	<b>(61.871)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes .....</b>	<b>236.866</b>	<b>298.737</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes .....</b>	<b>246.644</b>	<b>236.866</b>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes .....</b>	<b>9.778</b>	<b>(61.871)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(em milhares de reais)

	2012	2011
<b>Receitas</b> .....	<b>713.850</b>	<b>606.795</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços .....	400.876	474.550
Arrendamentos operacionais e alugueis .....	358.474	328.176
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa .....	(45.154)	(194.887)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados .....	(346)	(1.244)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b> .....	<b>(229.964)</b>	<b>(180.618)</b>
Materiais, água, energia, serviços de terceiros .....	(176.094)	(163.096)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis .....	(18.257)	(7.372)
Outros custos .....	(35.613)	(10.150)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade .....	483.886	426.177
Depreciação e amortização .....	(30.966)	(29.958)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade .....	<b>452.920</b>	<b>396.219</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b> .....	<b>37.030</b>	<b>89.685</b>
Receitas financeiras .....	31.706	84.657
Outras .....	5.324	5.028
<b>Valor adicionado a distribuir</b> .....	<b>489.950</b>	<b>485.904</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b> .....	<b>489.950</b>	<b>485.904</b>
<b>Pessoal</b>	<b>333.617</b>	<b>241.826</b>
Remuneração direta .....	131.396	133.043
Benefícios .....	47.943	34.246
Benefícios pós-emprego .....	21.660	20.415
Participação nos resultados .....	11.845	3.875
FCTS .....	10.456	9.648
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas .....	108.303	38.325
Honorários da diretoria .....	2.014	2.274
<b>Tributos</b>	<b>(70.452)</b>	<b>145.615</b>
Federais .....	131.371	130.612
Ativo fiscal diferido - IR/CSLL .....	(220.115)	-
Estaduais .....	5.103	4.722
Municipais .....	13.189	10.281
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>27.465</b>	<b>33.254</b>
Despesas financeiras .....	19.658	26.401
Alugueis .....	7.807	6.853
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>199.320</b>	<b>65.209</b>
Juros sobre capital próprio propostos .....	47.380	15.500
Lucros retidos .....	151.940	49.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em conformidade com o artigo 188 da Lei nº 11.638/07, e as orientações de preenchimento, foi elaborada a demonstração do valor adicionado com o objetivo de evidenciar o valor da riqueza gerada pela empresa a sua respectiva distribuição. A contabilização do ativo fiscal diferido, reconhecido no ano de 2012, gerou na distribuição do valor adicionado para o grupo de tributos valor negativo de R\$ 70.452.

Desconsiderando o ativo fiscal diferido de R\$ 220.115, o percentual de participação dos tributos é de 21,08%, correspondente ao valor de R\$ 149.663 relativo às apropriações contábeis dos impostos e contribuições IR, CSLL, PIS, COFINS, INSS, ICMS, ISS e taxas que foram ou serão recolhidas aos entes tributantes das esferas federal, estadual e municipal.

**BALANÇO SOCIAL**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(em milhares de reais)

	2012		2011	
<b>1 - Base de cálculo</b>				
Receita líquida (RL).....		676.776		631.222
Resultado operacional (RO).....		29.843		110.001
Folha de pagamento bruta (FPB).....		131.397		133.043
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>		% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação.....	11.776	8,96%	1,74%	13.199
Encargos sociais compulsórios.....	44.853	34,14%	6,63%	44.687
Previdência privada.....	13.224	10,06%	1,95%	12.915
Saúde.....	10.528	8,01%	1,56%	10.137
Segurança e medicina no trabalho.....	213	0,16%	0,03%	246
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	361	0,27%	0,05%	281
Creches ou auxílio - creche.....	60	0,05%	0,01%	43
Participação nos lucros/resultados.....	11.845	9,01%	1,75%	3.875
Transporte.....	1.915	1,46%	0,28%	1.552
Bolsa/estágio.....	1.156	0,88%	0,17%	1.137
Outros.....	2.201	1,68%	0,33%	2.089
<b>Total - Indicadores sociais internos.....</b>	<b>98.132</b>	<b>74,68%</b>	<b>14,50%</b>	<b>90.161</b>
<b>3 - Indicadores sociais externos</b>		% sobre RO	% sobre RL	
Cultura.....	600	2,01%	0,09%	390
Esporte.....	-	0,00%	0,00%	-
Outros.....	-	0,00%	0,00%	125
<b>Total das contribuições para a sociedade.....</b>	<b>600</b>	<b>2,01%</b>	<b>0,09%</b>	<b>515</b>
Tributos (excluídos encargos sociais).....	87.050	291,70%	12,86%	121.521
<b>Total - Indicadores sociais externos.....</b>	<b>87.649</b>	<b>293,71%</b>	<b>12,95%</b>	<b>122.035</b>
<b>4 - Indicadores ambientais</b>		% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa.....	843	2,83%	0,12%	3.644
Investimentos em programas e/ou projetos externos.....	-	-	-	-
<b>Total de investimentos em meio ambiente.....</b>	<b>843</b>	<b>2,83%</b>	<b>0,12%</b>	<b>3.644</b>
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa.....	( ) não possui metas	( ) cumpre 51% a 75%	(x) não possui metas	( ) cumpre 51% a 75%
	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre 76% a 100%	( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre 76% a 100%
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>				
Nº de empregados(as) ao final do período.....	1.466		1.369	
Nº de admissões durante o período.....	165		241	
Nº de empregados(as) terceirizados(as).....	931		940	
Nº de estagiários(as).....	113		108	
Nº de empregados(as) acima de 45 anos.....	854		859	
Nº de mulheres que trabalham na empresa.....	193		159	
% de cargos de chefia ocupados por mulheres.....	11,76%		13,56%	
Nº de negros(as) que trabalham na empresa.....	290		201	
% de cargos de chefia ocupados por negros(as).....	1,96%		1,69%	
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais.....	10		13	
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>				
Relação entre a maior e a menor remuneração.....	30,12		25,00	
Número total de acidentes de trabalho.....	2		-	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por.....	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências
				(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por.....	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as)	( ) direção e gerências
				( ) todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna.....	(x) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá
				( ) seguirá as normas da OIT
A previdência privada contempla.....	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências
				(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla.....	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção e gerências
				(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa.....	(x) não são considerados	( ) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados
				( ) serão sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa.....	( ) não se envolve	(x) apóia	( ) organiza e incentiva	( ) não se envolverá
				(x) apoiará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as).....	Na empresa 203	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -
				No Procon -
% de reclamações e críticas solucionadas.....	Na empresa 99,50%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -
				No Procon -
Valor adicionado total a distribuir.....	em 2012: 489.950		em 2011: 485.904	
Distribuição do valor adicionado.....	(14,37%) governo; 9,67% acionistas;	68,09% empregados(as); 5,60% terceiros; 31,01% retido	29,97% governo; 3,19% acionistas;	49,77 empregados(as); 6,84% terceiros; 10,23% retido

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**  
(em milhares de reais, exceto nota nº 32)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.  
Conforme disposto no Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a CODESP administra, sob Convênio, o Porto de Laguna (SC).

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

**3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:**  
**Base de preparação:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.  
**Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.  
**Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.  
**Instrumentos financeiros:** a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.  
**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.  
**Ativos financeiros mantidos até o vencimento**  
Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Sociedade não possuía ativos financeiros, sob essa classificação, registrados nas demonstrações contábeis.  
**Ativos financeiros disponíveis para venda**  
São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".  
**Empréstimos e recebíveis**  
São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.  
**Contas a receber:** Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.  
**Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.  
**Estoques:** materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.  
**Despesas antecipadas:** Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.  
**Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 13.  
**Empréstimos e financiamentos:** reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos. Líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 18.  
**Férias:** As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.  
**Passivo circulante e não circulante:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.  
**Arrendamentos Operacionais:** A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.  
**Provisões para contingências:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.  
O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 19.  
**Provisão para imposto de renda e contribuição social:** São calculadas e registradas com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência. A empresa em 2012 registrou o imposto de renda diferido em conformidade com o disposto no CPC 32. As informações complementares estão demonstradas na nota explicativa nº 30.  
**Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.  
**Uso de estimativas:** A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

**Demonstração do valor adicionado:** tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.  
A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE**  
Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:  
**CPC 33 – Benefícios a empregados:** A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controvérsia existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

**5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**  
As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A política de aplicação de recursos da Companhia considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimento, designando essas aplicações como ativos mantidos para negociação.

	2012	2011	Rentabilidade
Fundo de renda fixa - BB	125.976	219.291	109,17% do CDI
Fundo de Renda fixa - CEF	100.175	-	110,76% do CDI
NTN-B	10.649	9.138	IPCA + 6% a.a
NTN-P	103	771	TR + 6% a.a
Total	236.903	229.200	

**6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA**  
O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa 22.4 complementa a informação em relação aos valores recebidos.  
Os valores encaminhados estão à disposição da empresa no SIAFI, estritamente, para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

**7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS**

	2012	2011
Valores a receber de serviços prestados	893.823	786.943
Valores a receber de serviços prestados a faturar	12.758	12.041
(-) Perdas estimadas c/ créditos liquidação duvidosa	(273.684)	(230.860)
Total	632.897	568.124
Curto prazo	38.070	34.878
Longo prazo	594.887	533.246

o valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 91% do valor contas a receber, sendo que a constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário são suficientes para cobrir eventual decisão desfavorável na demanda judicial em curso.  
A decisão em primeiro grau foi integralmente favorável a esta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal.

**8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS**  
O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	2012	2011
IRPJ recolhido por estimativa, a compensar	6.624	6.859
CSLL recolhida por estimativa, a compensar	2.350	2.141
Retenção na fonte - IRPJ e IRRF	28	30
Retenção na fonte - CSLL	28	25
Retenção na fonte - PIS	34	16
Retenção na fonte - COFINS	159	76
Imposto sobre serviços - ISS	28	7
Imposto sobre circulação mercadorias - ICMS	-	8
Retenção na Fonte - INSS	60	-
Total	9.311	9.162

**9. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**  
Os valores registrados referem-se a prêmios de seguro e férias a apropriar.

	2012	2011
Seguro de bens patrimoniais	744	700
Férias a apropriar	910	680
Total	1.654	1.380

**10. VALORES A RECEBER DA UNIÃO**  
Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, pelo montante de R\$ 12.561 (R\$ 23.007 em 2011).

**11. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO**  
Os bens destinados à alienação no valor de R\$ 4.662 (R\$ 2.156 em 2011), relativos a bens baixados do ativo imobilizado, estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

**12. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

**13. IMOBILIZADO, LÍQUIDO**

	2012	2011	TAXAS DE DEPRECIÇÃO (%)
Mobiliário em geral	2.364	2.193	10,0
Veículos	386	409	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	10.109	7.802	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.548	1.730	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	287	177	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	14.612	15.601	20,0
Edifícios	38.117	39.542	2,0
Instalações	167.316	170.979	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	143.536	151.562	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	26.721	27.736	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	20.039	0,00	-
Outras construções	399.967	405.437	1,43 a 6,67
Terrenos	4.425	4.425	-
Obras em andamento	154.652	66.856	-
Bens móveis industriais	13.671	17.419	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	49.908	53.408	3,33 a 10,0
<b>Total</b>	<b>1.047.658</b>	<b>965.276</b>	

**14. INTANGÍVEL**

O valor de R\$ 2.644 (R\$ 2.987 em 2011) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos.

**15. SEGUROS**

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-12 a 01-05-13.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário. A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 8.630, de 25/02/93, (Modernização dos Portos).

	2012	2011
Riscos operacionais	412.297	412.297
Automóveis	11.600	11.600
Responsabilidade civil	70.500	30.500

**16. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS**

	2012	2011
Salários a pagar	7.024	6.016
Provisão de férias	18.796	18.955
Encargos sociais	5.117	5.520
Participação no resultado	11.986	4.145
Outros	1.017	1.038
<b>Total</b>	<b>43.940</b>	<b>35.674</b>

**17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	2012	2011
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	67	267
Retenção de tributos federais - Lei 10.833/03	5.343	2.932
Retenção para seguridade social - INSS	1.924	838
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	5.314	4.625
Programa de integração social - PIS	856	757
Contribuição financiamento da seguridade social - COFINS	3.943	3.487
Imposto sobre serviços - ISS	1.705	1.185
Outros	271	258
<b>Total - Curto prazo</b>	<b>19.423</b>	<b>14.349</b>

**18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda estrangeira	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2012	2011	Garantias
Financiamento imobilizado	Var.Cambial+3,25%	9.354	11.984	Aval Gov. Brasileiro
Curto prazo		2.402	2.484	
Longo prazo		6.952	9.500	

Contrato de Financiamento com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

**19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS**

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

NATUREZA	2012	2011
Provisão cível (i)	131.099	123.652
Provisão trabalhista (ii)	168.273	87.541
<b>Total</b>	<b>299.372</b>	<b>211.193</b>
Curto prazo	-	40.269
Longo prazo	299.372	170.924

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso.  
 (ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2012, o montante estimado para processos judiciais representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas era de R\$ 278.585 (R\$ 399.927 em 2011). Para processos cíveis R\$ 20.352 (R\$ 51.493 em 2011) respectivamente, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa.

O Superior Tribunal Federal - STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

**20. PLANO DE PENSÃO**

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.604.516 (R\$ 1.302.989 em 2011).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2012, foram no montante de R\$ 13.287 (R\$ 12.863 em 2011).

**21. RECEITA DIFERIDA**

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 26.888 (R\$ 26.777 em 2011), conforme composição abaixo:

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro	486.274	508.443
Receita diferida no exercício	2.582	4.608
Apropriação à receita no exercício	(26.888)	(26.777)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>461.968</b>	<b>486.274</b>

**22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**22.1 Capital Social Realizado**

O Capital Social em 31 de dezembro de 2012, é representado por 110.732.195.672 ações ordinárias e 110.732.195.666 ações preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única.

**22.2 Reservas de Lucros**

Será proposto à Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 18/04/2013, o aumento do capital social no montante de R\$ 36.244 referente a capitalização dos lucros retidos nos exercícios de 2010 e 2011 e objeto da execução do orçamento de capital no exercício de 2012.

**Reserva Legal:**

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

**Reserva de Retenção de Lucros:**

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está prevista a retenção de lucros, no montante de R\$ 141.907. Esse valor acrescido ao saldo remanescente da retenção de lucros efetuada em exercícios anteriores totaliza a importância de R\$ 178.438, que se destina a atender, parcialmente, o programa de investimentos estabelecido no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2013 a 2016, a ser deliberado em Assembléia Geral dos Acionistas em 18/04/2013.

**22.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio**

Aos acionistas é garantido dividendo/juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 47.380 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária a ser realizada em 18/04/2013, calculada sobre o lucro base ajustado, demonstrada a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	199.320	65.209
Reserva legal (5%)	(9.967)	(3.260)
Lucro base para cálculo do dividendo	189.354	61.949
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	47.339	15.487
Juros sobre capital próprio propostos	47.380	15.500

**22.4 Reserva para aumento de capital**

A União destina recursos a programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da Taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

**23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2012	2011
Receitas tarifárias		
Utilização da infraestrutura portuária	288.433	271.222
Utilização da infraestrutura terrestre	64.933	68.651
Serviços gerais		
- Fornecimento de energia	27.631	26.023
- Outras receitas	12.025	9.527
Receita de operadora portuária	5.213	2.360
Receitas patrimoniais		
- Arrendamentos de áreas e aluguéis	358.474	328.176
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(10.358)	(9.817)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(4.971)	(4.693)
- Programa de integração social - PIS	(12.473)	(11.639)
- Contribuição para financiamento seguridade social-COFINS	(57.454)	(53.611)
<b>Total</b>	<b>671.453</b>	<b>626.199</b>

**24. CUSTOS OPERACIONAIS**

	2012	2011
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	105.056	102.156
Encargos sociais	30.341	28.367
Serviços de terceiros	98.764	98.641
Depreciação	28.992	27.855
Aluguéis	2.234	2.368
Utilidades, serviços e materiais	42.885	35.227
<b>Total</b>	<b>308.272</b>	<b>294.614</b>

**25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS**

	2012	2011
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	72.596	77.465
Encargos sociais	13.449	15.211
Serviços de Terceiros	15.765	11.586
Aluguéis	5.574	4.485
Utilidades e serviços, materiais	6.505	6.722
Outras despesas	23.335	23.834
<b>Total</b>	<b>137.224</b>	<b>139.303</b>

**26. RESULTADO FINANCEIRO**

	2012	2011
<b>Receitas Financeiras</b>		
Juros e variação monetária	4.816	634
Rendimentos de aplicações financeiras	25.455	33.963
Benefícios da Lei 11.941/09 - redução de juros e multas	-	49.507
Outras	1.436	553
<b>Subtotal</b>	<b>31.707</b>	<b>84.657</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Variação monetária e cambial	(3.891)	(6.112)
Juros pagos ou incorridos	(15.767)	(20.289)
<b>Resultado Financeiro, líquido</b>	<b>(19.658)</b>	<b>(26.401)</b>
	<u>12.049</u>	<u>58.256</u>

**27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS**

	2012	2011
Venda de ativo imobilizado	269	754
Subvenção Econômica - Porto de Laguna	5.323	5.022
Benefícios fiscais - Lei 11.941/09	-	95.590
Diversas	2.642	11.486
<b>Total</b>	<b>8.234</b>	<b>112.852</b>

**28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS**

	2012	2011
Plano de pensão, despesas com insuficiência atuarial	28.169	-
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	118.452	45.270
Provisão para desligamento incentivado - PIDV	-	8.083
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.154	194.687
Outras	24.623	5.350
<b>Total</b>	<b>216.398</b>	<b>253.390</b>

**29. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO**

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

**30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
**30.1 Imposto de Renda Diferido**

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, a compensar e foram calculados à alíquota de 34%. Esses créditos foram registrados, integralmente, somente no exercício de 2012 em razão de que valores significativos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL foram utilizados para quitar os parcelamentos fiscais concedidos através da Lei 11.941/09, propiciando dessa forma que os valores remanescentes em conjunto com as diferenças temporárias tenham recuperabilidade com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia em conformidade com o disposto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e estão apresentados no quadro abaixo a sua origem:

	BASE CONTÁBIL	BASE FISCAL	BASE IR DIFERIDO	ALÍQUOTA	IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO
<b>Diferenças temporárias</b>					
Provisões:					
Crédito liquidação duvidosa	273.684		273.684	34%	93.053
Perdas com investimentos	25		25	34%	8
Riscos trabalhistas e cíveis	299.372		299.372	34%	101.786
Outras provisões	23.347		23.347	34%	7.938
<b>Prejuízos fiscais e base negativa CSLL</b>					
Prejuízo fiscal - IR		53.702	53.702	25%	13.426
Base negativa - CSLL		43.373	43.373	9%	3.904
<b>Total</b>	<b>596.428</b>	<b>97.075</b>	<b>693.503</b>		<b>220.115</b>

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017	2017 em diante
	25.267	125.724	12.730	11.851	31.519	13.024

**30.2 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social**

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda	29.842	110.000
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(10.146)	(37.400)
<b>(Adições) e exclusões permanentes</b>		
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	15.324	5.270
Incentivos fiscais	600	515
Benefício fiscal - Lei 11.941/09	-	49.333
Outras exclusões permanentes	4.052	1.343
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(12.388)	(2.742)
Encargos de depreciação - IPC/BTNTF	(165)	(200)
Outras adições permanentes	(610)	(1.403)
<b>(Adições) e exclusões temporárias</b>		
Provisões cíveis, trabalhistas e tributárias	(48.212)	(15.392)
Provisão para créditos com liquidação duvidosa	(15.353)	(66.194)
Provisão para desligamento incentivado	-	(2.820)
Baixa por pagamento de valores provisionados	11.214	21.259
<b>Compensações</b>		</

**DIRETORIA EXECUTIVA**

**RENATO FERREIRA BARCO**  
Diretor-Presidente  
**PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE**  
Diretor de Infraestrutura

**ALENCAR S. DA COSTA**  
Diretor de Administração e Finanças  
**CARLOS HELMUT KOPITKE**  
Diretor Comercial e de Desenvolvimento

**SERGIO DE ANDRADA FIGUEIREDO**  
Superintendente Financeiro

**MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO**  
Gerente de Contabilidade  
CRC 1SP135973/O-6

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Senhores Diretores e Conselheiros da CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo Santos (SP)**

Examinamos as demonstrações contábeis da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do Valor Adicionado e do Fluxo de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para Ressalva**

Conforme consta da Nota Explicativa nº 20, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do **PORTUS** – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial.

O déficit de responsabilidade da patrocinadora **CODESP**, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo **PORTUS** para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.604.516 mil (R\$ 1.302.989 mil em 2011). As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2012, foram no montante de R\$ 13.287 mil (R\$ 12.863 mil em 2011).

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – **PREVIC**, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto **PORTUS** não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras. Dessa forma, a empresa também está deixando de observar os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em função de os registros contábeis não atenderem ao disposto no **CPC 33 – Benefícios a empregados**.

**Opinião com Ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos financeiros advindos do parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Parágrafo de Ênfase**

Chamamos a atenção para o fato de que:

1. Conforme Nota Explicativa 13, a **CODESP** possui registrado no seu Ativo Imobilizado Valores em Edifícios e Instalações que estão construídos em terrenos de terceiros, da **UNIÃO**.

Esses bens poderiam estar registrados em "Benefícios em imóveis de terceiros". Caso haja retomada dos imóveis pela **UNIÃO**, esses bens da **CODESP** poderão ser incorporados na retomada, sem reembolso para a empresa.

2. Conforme nota explicativa nº 30 a empresa, em 2012, registrou o imposto de renda diferido em conformidade com o disposto no **CPC 32**. Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – **IRPJ** e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – **CSLL** diferidos são provenientes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa de **CSLL**, a compensar e foram calculados à alíquota de 34%. Esses créditos foram registrados, integralmente, somente no exercício de 2012 em razão de que valores significativos de prejuízos fiscais e base negativa da **CSLL** foram utilizados para quitar os parcelamentos fiscais concedidos através da Lei 11941/09.

Propiciou-se, dessa forma, que os valores remanescentes em conjunto com as diferenças temporárias tenham recuperabilidade com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia em conformidade com o disposto no **CPC 32 – Tributos sobre o Lucro**. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores, apurados segundo um relatório emitido por uma consultoria especializada, denominada **EDUK – Academia Brasileira de Educação Especializada em IFRS e Tributário**, especialmente contratada para esse fim, estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do **CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis** e montam R\$ 220.115 mil.

**Outros assuntos**

Chamamos a atenção para o fato de que as **Demonstrações Contábeis** da **CODESP Companhia Docas do Estado de São Paulo**, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2011, foram auditadas por nossa empresa de auditoria independente, cujo relatório emitido em 20/02/2012 continua a mesma ressalva do presente exercício.

Ribeirão Preto (SP), 20 de fevereiro de 2013.

**AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S**  
CRC-2SP 022486/O-4 CVM – 9555

**Tanagildo Aguiar Feres**  
Contador – CRC-1-SP 067138/O-0

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, tendo examinado o Relatório da Administração referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, aprova o referido documento, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral dos Acionistas.

Santos, 8 de março de 2013.

Mario Lima Junior  
**PRESIDENTE DO CONSELHO**  
Antonio Francisco Armelin Gomes  
**CONSELHEIRO**  
Marcio Luiz Bernardes Calves  
**CONSELHEIRO**

Renato Ferreira Barco  
**CONSELHEIRO**  
José Mauro Gomes  
**CONSELHEIRO**  
João de Andrade Marques  
**CONSELHEIRO**

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

1. As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2012.  
2. Destinação do resultado do exercício de 2012, no montante de R\$ 199.320.452,38 (cento e noventa e nove milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos) conforme abaixo:

✓ distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 47.380.000,00 (quarenta e sete milhões, trezentos e oitenta mil reais);

✓ constituição de reservas no total de R\$ 151.874.373,96 (cento e cinquenta e um milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos), sendo destinados para:

■ **Reserva Legal** a importância R\$ 9.966.022,62 (nove milhões, novecentos e sessenta e seis mil, vinte e dois reais e sessenta e dois centavos); e

■ **Reserva de Retenção de Lucros** a importância de R\$141.908.351,34 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e oito mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) com a finalidade de atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de R\$ 209.471.046,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quarenta e seis reais), conforme do orçamento de capital da Companhia para o período de 2013 a 2016.

**Destinação do resultado de 2012:**

<b>Lucro líquido do exercício</b>	199.320.452,38
(-) <b>Reserva Legal</b>	(9.966.022,62)
(-) <b>Ajustes de exercícios anteriores</b>	(66.078,42)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	189.354.429,76
(-) <b>Juros sobre capital próprio propostos</b>	(47.380.000,00)
(-) <b>Reserva de Retenção de Lucros</b>	(141.908.351,34)
<b>Lucros Acumulados</b>	-

3. Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 886.362.996,06** (oitocentos e oitenta e seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e seis centavos) para **R\$ 922.608.127,46** (novecentos e vinte e dois milhões, seiscentos e oito mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos), sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 36.245.131,40** (trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e um reais e quarenta centavos), referente ao valor do orçamento de capital executado em 2012 com recursos das retenções de lucros efetuadas nos exercícios de 2010 e 2011.

4. Proposta de Orçamento Plurianual de Capital, com recursos próprios, para os exercícios de 2013 a 2016, com valor estimado de **R\$ 209.471.046,00** (duzentos e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quarenta e seis reais).

5. Proposta de manutenção no Patrimônio Líquido, em Reserva de Retenção de Lucros, no valor de **R\$ 36.463.536,90** (trinta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais e noventa centavos), relativo ao saldo remanescente da Retenção de Lucros do Exercício de 2011, para atender e suplementar, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme Orçamento de Capital da Companhia para os exercícios de 2013 a 2016.

Santos, 8 de março de 2013.

Mario Lima Junior  
**PRESIDENTE DO CONSELHO**  
Antonio Francisco Armelin Gomes  
**CONSELHEIRO**  
Marcio Luiz Bernardes Calves  
**CONSELHEIRO**

Renato Ferreira Barco  
**CONSELHEIRO**  
José Mauro Gomes  
**CONSELHEIRO**  
João de Andrade Marques  
**CONSELHEIRO**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O **CONSELHO FISCAL** da **COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, à vista do Parecer dos Auditores Independentes - **AGUIAR FERES** - de 20.02.2013, cujo ponto ressaltado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 20. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas à discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições:

1. Destinação do resultado do exercício de 2012, no montante de R\$ 199.320.452,38 (cento e noventa e nove milhões, trezentos e vinte mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos) conforme abaixo:

✓ Distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 47.380.000,00 (quarenta e sete milhões, trezentos e oitenta mil reais);

✓ Constituição de reservas no total de R\$ 151.874.373,96 (cento e cinquenta e um milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, trezentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos), sendo destinados para:

■ **Reserva Legal** a importância R\$ 9.966.022,62 (nove milhões, novecentos e sessenta e seis mil, vinte e dois reais e sessenta e dois centavos); e

■ **Reserva de Retenção de Lucros** a importância de R\$141.908.351,34 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e oito mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos) com a finalidade de atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de R\$ 209.471.046,00 (duzentos e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quarenta e seis reais), conforme do orçamento de capital da Companhia para o período de 2013 a 2016.

**Destinação do resultado de 2012:**

<b>Lucro líquido do exercício</b>	199.320.452,38
(-) <b>Reserva Legal</b>	(9.966.022,62)
(-) <b>Ajustes de exercícios anteriores</b>	(66.078,42)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	189.354.429,76
(-) <b>Juros sobre capital próprio propostos</b>	(47.380.000,00)
(-) <b>Reserva de Retenção de Lucros</b>	(141.908.351,34)
<b>Lucros Acumulados</b>	-

2. Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 886.362.996,06** (oitocentos e oitenta e seis milhões, trezentos e sessenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e seis centavos) para **R\$ 922.608.127,46** (novecentos e vinte e dois milhões, seiscentos e oito mil, cento e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos), sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 36.245.131,40** (trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, cento e trinta e um reais e quarenta centavos), referente ao valor do orçamento de capital executado em 2012 com recursos das retenções de lucros efetuadas nos exercícios de 2010 e 2011.

3. Proposta de Orçamento Plurianual de Capital, com recursos próprios, para os exercícios de 2013 a 2016, com valor estimado de **R\$ 209.471.046,00** (duzentos e nove milhões, quatrocentos e setenta e um mil e quarenta e seis reais).

4. Proposta de manutenção no Patrimônio Líquido, em Reserva de Retenção de Lucros, no valor de **R\$ 36.463.536,90** (trinta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais e noventa centavos), relativo ao saldo remanescente da Retenção de Lucros do Exercício de 2011, para atender e suplementar, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme Orçamento de Capital da Companhia para os exercícios de 2013 a 2016.

O Conselho Fiscal ratifica a ressalva apontada pela Auditoria Independente, e é de opinião de que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Docas do Estado de São Paulo - **CODESP**.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens 1, 2, 3 e 4 acima mencionados à Assembleia Geral de Acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 8 de março de 2013.

Herbert Marcuse Megeredo Leal  
**PRESIDENTE**  
Martin Aron  
**CONSELHEIRO**

Priscila Grecov  
**CONSELHEIRA**  
Nilza Emy Yamasaki  
**CONSELHEIRA**

Marcello Eduardo Ratton Ferreira  
**CONSELHEIRO**